



revista internacional
de direitos humanos

edição **21**

- DOSSIÊ SUR SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS -

ONGs e política de drogas
Rafael Custódio

Slogans vazios, problemas reais
Carl L. Hart

Políticas de drogas e saúde pública
Luís Fernando Tófoli

*Brasil: Reflexões críticas sobre
uma política de drogas repressiva*
Luciana Boiteux

*O elefante na sala:
Drogas e direitos humanos na América Latina*
Juan Carlos Garzón, Luciana Pol

*Ásia: Em defesa de políticas
de droga mais humanas e eficazes*
Gloria Lai

*África Ocidental:
Uma nova fronteira para a política de drogas?*
Adeolu Ogunrombi

Avanços na política de drogas no Uruguai
Milton Romani Gerner

ONU em 2016: Um divisor de águas
Anand Grover

- ENSAIOS -

*Poderes regulatórios estatais
no pluralismo jurídico global*
Víctor Abramovich

*Mentiras gravadas no mármore
e verdades perdidas para sempre*
Glenda Mezarobba

A ação humanitária é independente de interesses políticos?
Jonathan Whittall

- IMAGENS -

Protestos globais - Pela lente dos fotógrafos
Leandro Viana

- EXPERIÊNCIAS -

Ocupando Hong Kong
Kin-man Chan

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

Filantropia familiar no Brasil
Inês Mindlin Lafer

- DIÁLOGOS -

"Todas as vozes importam"
Kasha Jaqueline Nabagesera

"Eles têm de nos entregar nossos companheiros com vida"
Gerardo Torres Pérez, María Luisa Aguilar

- VOZES -

*Vigilância em massa de E-mails:
A próxima batalha*
Anthony D. Romero

EXPERIÊNCIAS

OCUPANDO HONG KONG

Kin-man Chan

- *Como deliberação, referendo e desobediência civil integraram o 'Umbrella Movement'.* •

RESUMO

O Umbrella Movement foi um dos principais protestos em massa de 2014 – e um dos maiores já vistos em Hong Kong, apresentando uma demanda simples: sufrágio universal. Neste artigo, o autor proporciona uma visão exclusiva de dentro do movimento sobre os desafios enfrentados pelo Occupy Central with Love and Peace (OCLP). Este movimento realizou um referendo público de modo inovador, permitindo que os cidadãos de Hong Kong pudessem escolher as reformas eleitorais que eles desejavam apresentar a Pequim. Após o governo se recusar a atender essas demandas, o OCLP organizou a ocupação de grandes partes da cidade, em conjunto com outras organizações da sociedade civil. As reflexões perspicazes deste artigo oferecem uma análise fidedigna sobre os diferentes grupos envolvidos na ocupação, sobre o que poderia ter sido feito de modo diferente, e oferece lições a futuras mobilizações da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE

Hong Kong | Sociedade civil | China | Occupy Central with Love and Peace | Revolução do guarda-chuva

• • •

O Umbrella Movement¹ em Hong Kong, que durou de 28 de setembro a 15 de dezembro de 2014, foi desencadeado por uma greve estudantil no final de setembro de 2014 que contestava a decisão de Pequim de impor restrições à eleição do Chefe do Executivo² (CE) de Hong Kong. Não obstante, os preparativos para as manifestações estavam em curso desde março de 2013, quando o Occupy Central with Love and Peace³ (OCLP) anunciou seu plano de ocupar uma das principais avenidas do mais importante distrito comercial da cidade, caso o governo se recusasse a implementar o sufrágio universal na eleição de 2017 do CE, conforme prometido por Pequim em 2007. A fim de exercer pressão sobre Pequim no processo de reforma eleitoral, o que se seguiu foi uma série de deliberações públicas, um referendo não oficial, mas amplamente popular, episódios de desobediência civil e aquele que se tornou um dos maiores movimentos de protesto em massa que Hong Kong já viu. Este artigo discute como os chamados “dias de deliberação” e um referendo civil foram usados para lidar com uma cisão dentro da oposição e a necessidade de desenvolver um campo “pan-democrático” mais coerente após o fim das ocupações.

Divisão entre democratas moderados e radicais

Antes do OCLP ser lançado conjuntamente pelo professor Benny Tai, pelo reverendo Yiu-ming Chu e pelo autor deste artigo, as forças de oposição em Hong Kong estavam seriamente divididas devido às controvérsias sobre as

reformas das eleições de 2012 para o Conselho Legislativo (Legco, na sigla em inglês).⁴ Os democratas moderados, como o Partido Democrático, foram brutalmente atacados por radicais por terem feito um acordo com Pequim para expandir a concessão de assentos destinados às categorias funcionais do Legco (principalmente àquelas categorias que possuem uma concessão bastante limitada, tais como membros de associações comerciais e profissionais) ao invés de eliminar completamente estes assentos. Ao contrário de seus homólogos radicais, como a Liga dos Sociais-Democratas, os moderados aceitaram o cronograma definido por Pequim para a implementação do sufrágio universal na eleição do CE em 2017 e na eleição do Legco em 2020. Qualquer melhoria significativa no quadro constitucional existente só poderia ser considerada antes destas datas. O Partido Democrata (DP, na sigla em inglês), que possui uma orientação moderada e é o maior partido de oposição em Hong Kong, tinha feito negociações secretas com Pequim, após as quais a proposta de reforma do DP para expandir as concessões foi aceita. Embora uma pesquisa tenha sugerido que a proposta contou com o apoio de 60% da população,⁵ os radicais viram isso como uma traição dos valores democráticos, pois a proposta parecia justificar a existência de assentos das categorias funcionais. O processo de negociação também foi criticado pela falta de transparência e prestação de contas. Em seguida, o DP sofreu uma derrota significativa nas eleições para o Legco em 2012, e a divisão entre os democratas reduziu a confiança das pessoas nos partidos de oposição. As organizações da sociedade civil se tornaram mais hesitantes do que nunca em trabalhar conjuntamente com os democratas.

Considerando essas circunstâncias, os fundadores do OCLP acreditavam que era muito importante construir uma nova plataforma para que os partidos da oposição e organizações da sociedade civil trabalhassem em conjunto para enfrentar a reforma constitucional mais importante da história de Hong Kong. O OCLP argumentou que a negociação com as autoridades não deveria ser demonizada, desde que um mandato por parte da população fosse obtido. A deliberação e um referendo civil seriam os procedimentos adotados para resolver os conflitos entre os partidos da oposição e para solicitar o consentimento da comunidade.

Dias-D: da construção do consenso à divisão

Como os democratas moderados e radicais tinham opiniões diferentes sobre o processo de eleição do CE, particularmente em relação ao papel da “nomeação civil” dos candidatos, o OCLP se baseou em um referendo público para escolher uma proposta de reforma para o movimento. Profundamente influenciado pela teoria da esfera pública do filósofo alemão Jürgen Habermas⁶ e pela democracia deliberativa, além do conceito de um “dia de deliberação” defendido pelos acadêmicos norte-americanos Bruce Ackerman e James S. Fishkin,⁷ os fundadores do OCLP iniciaram uma série de dias de deliberação (Dias-D) para permitir que os cidadãos discutissem assuntos relacionados à reforma constitucional de forma racional antes de votar em um referendo. Os temas discutidos incluíram a relevância da democracia, estratégias do OCLP e uma proposta específica de reforma.

O primeiro Dia-D foi realizado em 09 de junho de 2013, quando 700 pessoas se reuniram na Universidade de Hong Kong (HKU, na sigla em inglês) para participar dessa assembleia histórica. A maioria dos participantes era membro dos partidos de oposição e de organizações da sociedade civil. Antes de participar do Dia-D, eles tiveram a oportunidade de acessar um site para ver os artigos que expressavam visões divergentes em relação ao pedido do OCLP por um método eleitoral que cumprisse os padrões internacionais de sufrágio universal. Por exemplo, além do conceito de um voto por pessoa, não deveria haver restrições excessivas que impedissem pessoas de diferentes vertentes políticas de disputarem eleições. Essa discussão sobre o que constitui um “verdadeiro sufrágio universal” era pertinente porque a Lei Básica (uma pequena constituição da Região Administrativa Especial de Hong Kong) prevê o estabelecimento de uma “comissão de nomeações” que seleciona os candidatos para as eleições do CE. O OCLP argumentou que, a menos que a constituição da comissão de nomeações fosse de fato amplamente representativa ou os padrões para a nomeação fossem suficientemente baixos, a comissão se tornaria um obstáculo à realização de eleições livres.

O primeiro Dia-D começou com uma sessão aberta que permitia que os participantes expressassem suas opiniões. Em seguida, foi realizada uma sessão de discussão na qual grupos com uma dúzia de participantes ou mais, formados

aleatoriamente e liderados por um moderador responsável pela manutenção de procedimentos justos de discussão, abordaram diversas questões presentes. Todos os membros dos grupos de discussão, independentemente de suas posições, tiveram o mesmo tempo para expressar seus pontos de vista. Os resultados da sessão de grupos de discussão foram relatados posteriormente durante uma sessão de encerramento.

O primeiro Dia-D foi considerado bem-sucedido não apenas por causa do comparecimento satisfatório, mas também porque os democratas moderados e radicais discutiram questões políticas de forma racional. Uma das sugestões feitas durante o primeiro Dia-D foi de vincular a ideia de democracia com as preocupações de diferentes setores da sociedade civil. Dessa forma, o segundo Dia-D foi organizado de outubro de 2013 a janeiro de 2014 como uma série de discussões de diferentes grupos comunitários, tais como estudantes universitários, assistentes sociais, mulheres, trabalhadores, membros da igreja e pessoas com doenças crônicas. Frequentemente, as pessoas se sentem mais à vontade para expressar seus pontos de vista em tais “subaltern counterpublics”,⁸⁹ o que foi refletido pelo aumento do número de participantes para três mil pessoas.

O terceiro Dia-D foi realizado simultaneamente em cinco locais diferentes em 6 de maio de 2014. Mais de 2.500 cidadãos deliberaram sobre as 15 propostas de reforma selecionadas por um grupo de especialistas internacionais convidados pela Faculdade de Direito da HKU. No final do dia, os participantes escolheram três propostas a serem consideradas pela população no referendo civil que estava por vir. O processo de seleção foi controverso; alguns dos partidos radicais de oposição mobilizaram participantes do Dia-D para selecionar somente as propostas que contivessem uma disposição de “nomeação pública”, isto é, aquelas que especificassem que certo número de eleitores registrados poderia nomear candidatos. Os democratas moderados criticaram esta disposição como uma violação da Lei Básica e uma medida que dificilmente seria aceita por Pequim. Eles também se queixaram que o movimento OCLP tinha sido cooptado por radicais e que o processo de seleção no terceiro Dia-D foi exatamente o tipo de pré-seleção política à qual a população se opunha. O movimento democrata dividiu-se novamente.

Garantindo consenso por meio de um referendo

Os moderados, particularmente o grupo Hongkong 2020 liderado por Anson Chan, que anteriormente ocupava um cargo de destaque no governo, estavam insatisfeitos com os resultados das urnas. Chan criticou o referendo civil que estava por acontecer, afirmando que ele não podia oferecer às pessoas uma escolha genuína, caso propostas sem uma provisão de nomeação pública fossem excluídas. Os estudantes e os radicais contra-atacaram, acusando Chan de não ter ouvido as massas. Quando o movimento estava à beira do colapso, o cardeal Joseph Zen desempenhou um papel crucial na reconstrução da cooperação. Ele exortou ambas as partes a pararem de se atacar, enquanto o OCLP trabalhava em uma solução de recuperação. Por fim, o OCLP deu um impulso adicional ao referendo encorajando aqueles que não apoiavam a nomeação pública a participar: “O Conselho Legislativo deve vetar qualquer método de eleição proposto que viole as normas internacionais de sufrágio universal e que não ofereça aos eleitores uma escolha verdadeira.”

Em seguida, o consenso começou a ser construído. Os três fundadores do OCLP se comprometeram a deixar a liderança do movimento, caso eles não conseguissem que o referendo atingisse 100.000 votos. O cardeal Zen, juntamente com o OCLP e outros grupos políticos, organizou imediatamente uma Marcha pela Democracia que iria ocorrer durante sete dias e sete noites consecutivas para promover o referendo por Hong Kong. A marcha foi bem-sucedida em transmitir uma mensagem vigorosa de solidariedade, com Anson Chan e outros líderes do campo democrático exortando a população, durante a marcha, que passou por diversas comunidades, a votar no referendo. O governo central chinês emitiu um documento governamental sobre a implementação de “Um País, Dois Sistemas”, justo antes da Marcha pela Democracia, declarando a “jurisdição completa” da China sobre Hong Kong. Em chinês, o termo foi escrito como “poder administrativo completo” e foi entendido como uma ação para minar o alto grau de autonomia que Hong Kong desfruta. Além disso, dado que o documento governamental também se referiu aos juizes em Hong Kong como “administradores”, diversos advogados realizaram uma “marcha do silêncio” para expressar suas preocupações sobre a continuidade da independência do Judiciário.

O referendo é descrito como “civil”, porque foi unicamente uma iniciativa da sociedade civil, sem possuir um caráter oficial. O OCLP delegou a gestão do referendo ao Programa de Opinião Pública da HKU. Todos os cidadãos de Hong Kong com dezoito anos ou mais tinham o direito de votar, por meio de uma plataforma eletrônica ou em uma das seções eleitorais criadas em várias comunidades. O governo de Hong Kong acusou o referendo de “não possuir status constitucional”, apesar do OCLP nunca ter feito esta alegação.

Antes do referendo civil ser realizado de 20 a 22 de junho de 2014, o sistema de votação eletrônica sofreu ataques sem precedentes por hackers. A escala dos ataques foi tão grande que as empresas de manutenção de segurança da rede local decidiram deixar o projeto, alegando que elas não tinham a capacidade de lidar com estes ataques em larga escala. No entanto, ao mesmo tempo, os ataques provocaram uma reação contundente da comunidade, uma vez que se acreditava amplamente que os hackers tinham sido contratados pelas autoridades de Pequim para privar as pessoas de Hong Kong do seu direito à liberdade de expressão. Felizmente, a companhia CloudFlare, com sede nos Estados Unidos, estava determinada a defender o sistema de votação. Trabalhando dia e noite, a equipe da CloudFlare finalmente conseguiu reparar o sistema. Nos primeiros minutos após o início do referendo, milhares de cidadãos se esforçaram para votar. Ao ouvir essa notícia entusiasmante, muitas pessoas começaram a chorar, enquanto terminavam a última parte da Marcha pela Democracia. Em 22 de junho, os cidadãos que não usaram a internet fizeram filas na frente das seções eleitorais instaladas nas igrejas dos bairros e nos centros de serviço social.

No fim das contas, cerca de 800 mil pessoas dos 7 milhões de habitantes de Hong Kong votaram no referendo civil. A proposta de um “sistema de três vias” (nomeação popular, por partidos políticos e pela comissão de nomeação) feita pela Aliança pela Democracia Verdadeira recebeu a maioria dos votos. Aproximadamente 88% dos eleitores também concordaram que o Legco deveria vetar qualquer proposta do governo que não cumprisse as normas internacionais de sufrágio universal. O comparecimento massivo no referendo levou o movimento a atingir um grande nível de satisfação, já que as pessoas sentiram que tinham que superar grandes obstáculos para fazer com que suas vozes fossem ouvidas.

A retaliação de Pequim

Dotado com o mandato conferido pelo referendo, o OCLP contactou imediatamente o governo de Hong Kong, na esperança de que uma reunião pudesse ser realizada para dar início a um processo de negociação. A resposta do governo foi, no máximo, morna, enquanto a população de Hong Kong estava mais disposta do que nunca a expressar suas demandas por democracia. Cerca de 500 mil pessoas participaram da manifestação anual no dia primeiro de julho organizada pela Frente Civil de Direitos Humanos para exigir um verdadeiro sufrágio universal. Apesar das objeções do OCLP, mais de 500 estudantes universitários e outros cidadãos continuaram nas ruas após o fim da manifestação para testarem pela primeira vez o Occupy Central se sentando em uma via principal no centro de Hong Kong. Isso representava um sinal de impaciência dos manifestantes jovens com o plano do OCLP de considerar a ocupação como último recurso. Eles argumentaram que apenas ocupando a cidade o mais rápido possível uma pressão suficiente seria feita em Pequim quando a proposta de reforma fosse considerada.

O governo, então, publicou um documento de consulta sobre a reforma constitucional¹⁰ que descrevia a demanda pela escolha pública como uma opinião defendida por “algumas pessoas” e as posições pró-governamentais como “majoritárias”. Quando os representantes do governo de Hong Kong finalmente se encontraram com os três fundadores do OCLP em 29 de julho, eles condenaram o movimento Occupy como uma violação da ordem legal e reiteraram que Pequim não cederia a ameaças daquele tipo. Em 31 de agosto de 2014, em Pequim, o Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo tomou uma decisão (conhecida como “decisão 831”) que, basicamente, descartou a implementação de eleições livres em Hong Kong. Essa decisão estabeleceu três obstáculos significativos à democracia: a constituição da comissão de nomeação seria baseada na comissão eleitoral atual, isto é, com a composição de 1.200 representantes de quatro setores da sociedade; o apoio de 50% dos membros da comissão de nomeação seria necessário para que um candidato se qualificasse à eleição; e o número de candidatos seria restringido de duas a três pessoas. Como Pequim tem sido capaz de controlar os resultados das últimas eleições

do CE, estabelecer que o sistema de nomeação do CE devesse ser baseado na comissão eleitoral existente consequentemente levou à conclusão de que a eleição proposta seria uma forma restrita de eleição.

O Umbrella Movement, desobediência civil e resistência

Depois de Pequim anunciar a decisão 831, bloqueando efetivamente a democracia, o OCLP indicou que o Movimento Occupy teria início em primeiro de outubro, o Dia Nacional da China. Esperávamos milhares de manifestantes para bloquear uma via principal no centro, entre legisladores, advogados de prestígio, líderes religiosos e acadêmicos. Profundamente influenciados pela tradição de desobediência civil adotada por Henry D. Thoreau, Mahatma Gandhi, Martin Luther King e John Rawls, estávamos comprometidos com o princípio de não violência e preservação do Estado de Direito no rumo da luta pela justiça. O OCLP anunciou, então, um conjunto de regras que deveriam ser seguidas pelos manifestantes, como não insultar a polícia ou se envolver em qualquer confronto físico com policiais ou manifestantes contrários às manifestações. Caso os manifestantes fossem presos, eles foram aconselhados a não resistir, mas se deitar e deixar que a polícia os levasse. Em certa medida, a desobediência civil infringe a lei, mas achamos que os manifestantes deviam assumir as responsabilidades legais relacionadas a isso. O OCLP explicou diversas vezes ao público que o objetivo da desobediência civil não era desafiar o Estado de Direito, mas fortalecê-lo por meio do estabelecimento de um governo e de um Legislativo mais receptivos às demandas.

No entanto, diversos jovens adotaram um modo mais proativo de desobediência civil. No final de setembro, no fim da greve estudantil liderada por Joshua Wong, do Scholarism, e por Alex Chow e Lester Shum da Federação dos Estudantes (FS, na sigla em inglês), mais de 100 alunos invadiram a Praça Cívica, que tinha seu acesso proibido, onde cercas tinham sido erguidas para evitar que pessoas participassem de assembleias políticas em frente à sede do governo em Admiralty. Pouco depois de empreender essa ação direta, cerca de 50 mil pessoas se reuniram em frente à praça em apoio aos estudantes. No início da manhã de 28 de setembro, os três fundadores do OCLP juntamente com representantes da FS anunciaram que o Occupy Central começaria imediatamente na área ao redor da sede do governo. Todos os piquetes e outros recursos preparados originalmente para o Movimento Occupy em primeiro de outubro foram empregados em Admiralty.

Alguns ativistas estudantis discordaram da decisão da FS de permitir que o OCLP “assumisse a liderança” e muitos manifestantes se retiraram em seguida. Ao presenciar essas reações negativas, os fundadores do OCLP concordaram em recuar e servir apenas como assistentes dos manifestantes estudantis. Algumas horas mais tarde, dezenas de milhares de pessoas de toda Hong Kong foram em bando para Admiralty para mostrar apoio ao protesto. Quando a polícia bloqueou o caminho dos manifestantes que se dirigiam à sede do governo, protestantes furiosos bloquearam uma avenida e espontaneamente começaram a ação de ocupação. A polícia usou spray de pimenta para dispersar a multidão, que se recusou a sair, o que levou os manifestantes a tentar se proteger com guarda-chuvas (os guarda-chuvas, em seguida, tornaram-se um símbolo dos protestos não violentos). Pouco antes das seis horas da tarde, quando os líderes do OCLP e líderes estudantis estavam prestes a realizar uma coletiva de imprensa, a polícia disparou granadas de gás lacrimogêneo na multidão. Embora o ataque tenha causado um momento de pânico, nem um único manifestante reagiu violentamente ou retaliou. Pouco tempo depois, os manifestantes se reuniram novamente em Admiralty. Outros manifestantes ocuparam cruzamentos em outros dois distritos comerciais de Hong Kong: Mong Kok e Causeway Bay. A coragem dos manifestantes na luta pela democracia e a sua firme crença na não violência conquistaram a simpatia de muitas pessoas em Hong Kong.

Imediatamente após a ocupação ter sido iniciada, surgiram conflitos internos entre os manifestantes. Estudantes e outros jovens manifestantes consideraram o plano original do OCLP muito passivo e frágil. Eles preferiam uma desobediência civil com um caráter mais ativo, se não ofensivo, com a construção de barricadas e impedindo destacamentos policiais. Ao confrontar a polícia, eles levantaram as mãos em um gesto de não violência. No entanto, outro grupo de manifestantes mais radicais consideraram o Umbrella Movement, como ele já estava sendo chamado, como um movimento de resistência que não deveria ser restringido pela ideia de desobediência civil ou por seu princípio de não violência. Estes radicais atacaram a liderança formada pelo FS, Scholarism e OCLP, e promoveram uma

estrutura descentralizada de movimento. O lema deles era “Você não me representa”. Eles instaram os seus partidários a destruírem os piquetes do OCLP e até mesmo o palco de onde os líderes do movimento faziam discursos, já que os piquetes representavam regras e disciplina e o palco simbolizava uma liderança alienada das massas.

A falta de regras rígidas deu aos manifestantes um maior senso de autonomia. Ela deu lugar a um espaço no qual eles poderiam construir um movimento próprio. Todos os manifestantes foram tratados de forma igual em termos de controle sobre as barricadas e formação de fóruns. Da mesma forma, o compartilhamento de alimentos, medicamentos e habilidades era bastante comum. Os manifestantes criaram e administraram um sistema de reciclagem, e muitas criações artísticas foram instaladas nos locais ocupados. No entanto, com a falta de uma liderança firme, o movimento também perdeu foco, especialmente após os líderes estudantis terem terminado seu debate com altos funcionários do governo. Os líderes estudantis tiveram um desempenho notável no debate e conquistaram profundo respeito por parte da comunidade. Contudo, o OCLP sugeriu que o diálogo com o governo deveria continuar ou os manifestantes deveriam pensar em recuar, já que a mensagem já tinha sido passada em alto e bom som. Os líderes estudantis recusaram ambas as sugestões e continuaram a ocupação, apesar da emissão de um mandado judicial posteriormente. O impasse entre os manifestantes e o governo foi o resultado da oposição de Pequim a aumentar ainda mais o uso da força repressiva pela polícia, ao mesmo tempo em que os líderes estudantis estavam divididos entre o OCLP e os manifestantes mais radicais. Dado que a ocupação causou inevitavelmente perturbações na vida cotidiana das pessoas, incluindo engarrafamentos, o governo decidiu adotar uma estratégia de esperar para ver, em vez de fazer concessões substantivas.

O movimento foi o maior da história de Hong Kong, mas também provocou um amplo boicote por parte da comunidade. Pesquisas apontaram que a comunidade se encontrava profundamente dividida, com cada parte com o apoio de mais de 30% da população.¹¹ A maioria dos jovens apoiava o movimento, enquanto a maioria dos pais deles se opunha. Quando o movimento Occupy estava quase atingindo a marca de dois meses, até mesmo diversos partidários da democracia passaram a considerar que a ocupação deveria terminar em algum momento. Provavelmente sob a pressão de manifestantes mais radicais, os líderes estudantis decidiram invadir a sede do governo em 30 de novembro. Essa ação gerou diversas vítimas, já que a polícia respondeu com cassetetes. No dia 3 de dezembro, os fundadores do OCLP expressaram abertamente sua desaprovação diante de ação dos manifestantes e solicitaram que todos eles abandonassem a ocupação. Junto com mais de 60 manifestantes, os fundadores do OCLP se entregaram à polícia para demonstrar sua determinação em assumir as suas responsabilidades legais e, ademais, explicar as suas causas durante um eventual julgamento. O governo finalmente acabou com a ocupação em Admiralty em 11 de dezembro e com a ocupação em Causeway Bay em 15 de dezembro. Para os manifestantes, a ocupação tinha acabado, mas o movimento continuou. “Nós voltaremos” foi encontrado escrito no chão do local da ocupação em Admiralty após os manifestantes terem se retirado.

A reforma na China e o futuro dos direitos humanos em Hong Kong

O governo de Hong Kong apresentou uma proposta de reforma ao Legco para sua aprovação em 17 de junho de 2015. A proposta foi feita dentro do parâmetro estrito estabelecido por Beijing. Embora a proposta teria oferecido aos eleitores de Hong Kong a oportunidade de eleger diretamente seus próprios líderes, um Comité pró-Beijing poderia exercer controle prévio sobre os nomes a ser incluídos na cédula. Portanto, conforme era de se esperar, a proposta foi vetada por legisladores democráticos.¹² Mesmo sem democracia, Hong Kong ainda pode subsistir, já que é uma sociedade muito institucionalizada. Possuímos um serviço público eficiente que opera de acordo com normas e regulamentos e um sistema judiciário independente que protege os direitos humanos básicos. Tendo isso em vista, o governo vai ter dificuldades para implementar reformas substanciais ou políticas controversas, dado que o atual sistema não lhe dá legitimidade suficiente. Quando diversos problemas profundamente enraizados, como habitação e monopólios, não são devidamente abordados, mais conflitos sociais irão surgir.

Também há sinais de que as autoridades intensificarão seu controle sobre o campo ideológico. Após a ocupação, diversos especialistas e autoridades em Pequim concluíram que a geração mais jovem tinha sido influenciada

negativamente por intelectuais liberais em Hong Kong. Em seguida, jornais pró-Pequim em Hong Kong atacaram a HKU por haver desempenhado um papel muito proeminente no Movimento Occupy. Diversos especialistas, incluindo o autor deste artigo, foram acusados de propagarem ideias nocivas. Eles também criticaram a HKU por considerarem a nomeação do professor Johannes Chan, ex-reitor da Faculdade de Direito da HKU e partidário de longa data da democracia, a vice-reitor da HKU. No ensino secundário, a pressão foi exercida sobre os Estudos Liberais, uma matéria concebida para estimular as habilidades de pensamento crítico dos estudantes. Finalmente, diversas das maiores redes de livrarias de Hong Kong, incluindo a Commercial Press, recusaram-se a comercializar livros que apoiassem o movimento.

A promulgação de uma lei de segurança nacional (Artigo 23) é a ameaça mais iminente. Diversos políticos pró-Pequim trouxeram de volta essa questão após os protestos, expressando a visão deles de que o Umbrella Movement foi um ato de subversão ou mesmo de traição e que somente uma lei de segurança nacional poderia impedir que isso acontecesse novamente. Alguns políticos chegaram a sugerir a aplicação direta de leis chinesas de segurança nacional em Hong Kong. Como o governo já garantiu votos suficientes no Legco para apoiar a aprovação do Artigo 23, a população de Hong Kong só pode contar com a sociedade civil para impedir que isso aconteça. Para enfrentar este desafio, as organizações da sociedade civil devem aprender a lição do Movimento Occupy superando sua divisão interna e criando uma liderança mais coerente em parceria com os partidos de oposição.

Atualmente, a China é a segunda superpotência do mundo e depende menos de Hong Kong do que no passado. Ela está pronta o suficiente para dizer NÃO a Hong Kong, mas não o bastante para conceder democracia a Hong Kong. Xi Jinping, líder supremo da China, ainda está em processo de consolidar seu poder. Conceder democracia a Hong Kong seria uma contradição a sua abordagem atual de administração do país. No entanto, como a China ainda tem de encontrar um modelo sustentável de desenvolvimento e como a eficácia da abordagem hierarquizada de Xi para combater a corrupção é questionável, o Partido Comunista Chinês terá que encontrar meios mais institucionalizados para enfrentar problemas sociais prementes. Caso contrário, ele não será capaz de impedir conflitos entre facções dentro do partido e conflitos sociais em diferentes regiões que se acumulam a ponto de causar um “colapso”, recentemente previsto por Shambaugh.¹³ Uma vez que a China reconheça a importância da transparência, prestação de contas, participação pública, dos procedimentos da justiça e da boa governança, Hong Kong pode ter uma chance maior de alcançar a democracia. A fim de tornar isso possível, os pan-democratas precisam construir uma oposição mais coerente e uma liderança mais forte dentro da comunidade. O papel deles é particularmente crucial ao considerarmos a rivalidade entre as diferentes alas do movimento estudantil que levou a Federação de Estudantes à beira da desintegração. No entanto, independentemente destes desafios, há sinais de que a luta pela democracia em Hong Kong vai continuar. Uma pesquisa realizada recentemente por três universidades de Hong Kong em relação à reforma política feita pelo governo apontou que aproximadamente 47% das pessoas apoiaram a proposta, enquanto 38% se opuseram a ela. Além disso, entre os entrevistados com idade entre 18 e 29 anos, aproximadamente 63% eram contrários à proposta e entre pessoas com educação universitária, 55% se opunham a ela. A população jovem e instruída foi esclarecida e se recusa a aceitar um sufrágio universal restrito.¹⁴ Diante disso, apesar do Umbrella Movement não ter feito uma mudança imediata no sistema, ele cultivou com sucesso as sementes da democracia na próxima geração.

NOTAS

1. Nota do Editor: Optou-se por utilizar ao longo do texto traduzido o nome original do movimento, o qual em tradução livre seria Movimento dos Guarda-Chuvas. O nome é uma alusão ao uso de guarda-chuvas por manifestantes em Hong Kong para se proteger de spray de pimenta utilizado pela polícia, como este artigo relata.

2. O Chefe do Executivo é o dirigente máximo da Região Administrativa Especial de Hong Kong (Hong Kong *Special Administrative Region*, no nome em inglês).

3. Nota do Editor: Optou-se também por utilizar ao longo do texto traduzido o nome original do protesto, o qual em tradução livre seria Ocupar Centro com Amor e Paz.

4. O Conselho Legislativo é o órgão legislativo de Hong Kong, metade de seus assentos são eleitos diretamente pela população de

diferentes zonas eleitorais e a outra metade por círculos eleitorais de categorias funcionais, tais como câmaras de comércio, associações profissionais e sindicatos.

5. Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, *Public opinion survey on constitutional development*: Press release 1 (Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong, 2012), acesso em março de 2015, http://www.cuhk.edu.hk/hkiaps/tellab/pdf/telepress/10/Press_Release_20100615.pdf. Somente disponível em chinês.

6. Craig Calhoun, *Habermas and the Public Sphere* (Cambridge: MIT Press, 1994).

7. Bruce Ackerman e James S. Fishkin, *Deliberation Day* (New Haven: Yale University Press, 2005).

8. Nancy Fraser, "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy", em *Habermas and the Public Sphere*, ed. Craig Calhoun (Cambridge: MIT Press, 1994), 109-42.

9. Nota do Editor: o termo, cunhado por Nancy Fraser, é de difícil tradução ao português, referindo-se em tradução livre a espaços públicos subalternos/alternativos. Para uma explicação em português do tema, ver: Paulo J. Krischke, "Regime ou Cultura no Estudo da democratização," *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2000, acesso em maio de 2015, 113-31, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200007&nrm=iso.

10. Hong Kong. Government of the Special Administrative Region, *Report on the public consultation on the methods for selecting the Chief Executive in 2017 and for forming the Legislative Council in 2016* (Hong Kong, 2014), acesso em maio de 2015, http://www.2017.gov.hk/filemanager/template/en/doc/report/consultation_report.pdf.

11. Chinese University of Hong Kong, *Centre for Communication and Public Opinion Survey. Public opinion & political development in Hong Kong: survey results* (Hong Kong, 2014), acesso em maio de 2015, <http://www.com.cuhk.edu.hk/ccpos/images/news/20141022-eng.pdf>.

12. Tom Phillips, "Hong Kong parliament defies Beijing's insistence and rejects 'democracy' plan," *The Guardian*, June 18, 2015, visitado em junho de 2015, <http://www.theguardian.com/world/2015/jun/18/hong-kong-parliament-defies-beijings-insistence-and-rejects-democracy-plan>.

13. David Shambaugh, "The Coming Chinese Crackup", *Wall Street Journal*, 6 de março de 2015, acesso em maio de 2015, <http://www.wsj.com/articles/the-coming-chinese-crack-up-1425659198>.

14. "SAR government has always claimed that a majority of citizens support the constitutional reform package?" *Nextmedia*, 28 de abril de 2015, acesso em maio de 2015, <http://hk.apple.nextmedia.com/realtime/news/20150428/53682382>. Somente em chinês.



KIN-MAN CHAN - China

Kin-man Chan é um dos fundadores do movimento Occupy Central with Love and Peace. Chan também é professor associado de sociologia na Chinese University of Hong Kong.

email: kmchan@cuhk.edu.hk

Recebido em abril de 2015

Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

"Este artigo é publicado sob a *Creative Commons Noncommercial Attribution-Share Alike 4.0 International License*"